

RESUMO

Durante o Estado Novo, as relações entre a política e a religião revelaram-se variáveis e a evolução desse relacionamento manifestou-se nos trabalhos da Assembleia Nacional, durante os anos em que a câmara esteve em funcionamento (de Janeiro de 1935 a Abril de 1974). Avaliar que expressão aí alcançou essa relação é o objectivo deste trabalho, que pretende também caracterizar as sensibilidades dos representantes dos interesses internos do regime, existentes na câmara, e aferir da sua colocação *positiva* ou *negativa* em relação à construção da política seguida para com o fenómeno religioso.

A forma como os deputados se acomodaram na ordem constitucional do regime e como acolheram a acção governamental, tanto no tempo de Oliveira Salazar como no de Marcelo Caetano, manifesta o seu acatamento ou a sua crítica e permite caracterizar o posicionamento que assumiram. As suas intervenções, no período antes da ordem do dia mas também durante as discussões na generalidade e na especialidade das propostas de lei e dos projectos de lei, indicam os comportamentos tácticos dos parlamentares perante o desenrolar do relacionamento entre o Estado e as Igrejas. Esses comportamentos incluíram o *silêncio*, como forma de transmitir para o exterior a imagem de uma unanimidade essencial sob questões polémicas, o *intervencionismo* enquanto modo de pressão para o aprofundamento de determinadas políticas ou de demarcação das opções do Executivo, com intuítos reformistas ou por razões cívicas e denunciadoras, ou o *apoio* à orientação que o Governo dava aos assuntos, mediante a reprodução do discurso oficial composto das mesmas referências históricas e doutrinárias.